D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 2025
Subsecretaria de Comunicação
Ano XXI Edição Nº 2344
PREFEITURA MANGARATIBA

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

Ela está de volta! Vem aí a Festa do Morro São Sebastião!

Depois de anos, a tradicional festa do Morro São Sebastião estará de volta em Muriqui. O evento acontece entre os dias 29 e 31 de agosto e terá shows de Tiee e ImaginaSamba, entre outras atrações, área kids e circuito gastronômico.
Confira a programação abaixo e não fique de fora!

A festividade conta com incentivo da Funarj e apoio da Prefeitura de Mangaratiba, Fundação Mário Peixoto e o Governo do Estado.
Festa do Morro São Sebastião
Muriqui: Estrada RJ-014 (em frente a ProntoFarma)
A partir das 20h

Programação:
Dia 29: Tiee + Rafaela Ragazzi (atração local)
Dia 30: Pedro Felipe + Douglas Venas (atração local)
Dia 31: ImaginaSamba + Só Por Acaso (atração local)
Classificação Livre



PREFEITO
LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO

VICE-PREFEITO
LUCAS DA SILVA VENITO

CHEFE GERAL DE GABINETE
MICHEL ELIZIARIO SANTOS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ANDRÉ BRASIL DE SIQUEIRA

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
MARCOS BARBOSA CAVALCANTE JÚNIOR

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
LUCIANA CAMPOS PEREIRA DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RENATO DELMIRO CABRAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EDUARDO FERREIRA JORDÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TESOURO
MARCELLO COSTA DA ROSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NATACHA ISABELA TOREZANI KEDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO GICQUEL DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
LUCAS DA SILVA VENITO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
PAULO ROGÉRIO GONÇALVES ESCARANI

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
LAURO TENÓRIO PINHEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
RODRIGO SANTOS BONDIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANDERSON BRITO DE QUADROS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
VITOR TENÓRIO SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE
LEÔNIO DA SILVEIRA DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
NELSON LEITE DA SILVA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RÔMULO DOS SANTOS NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
ANA LUÍSA DA SILVA VENITO

PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL
LIDIO COUTO AMORIM

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

PRESIDENTE
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS

VICE PRESIDENTE
MAIR ARAÚJO BICHARA

1° SECRETÁRIO
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL

2° SECRETÁRIO
JOSUÉ DOS SANTOS

VEREADORES:
AILTON SOARES JUNIOR
ALCIMAR MOREIRA DA SILVA
ANTONIO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL
DANIEL DE SOUZA VASCONCELLOS
JOÃO FELIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
KAIO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
MAIR ARAÚJO BICHARA
MARCIO SARGUIS TELHADO
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS
YURY AGUIAR DOS REIS

PORTARIA Nº 3244 DE 18 DE AGOSTO DE 2025.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA IGUALDADE RACIAL".
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO a Lei Federal n°. 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial;
CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, 7º, 8º e 9º da Lei Municipal n° 1374, de 07 de outubro de 2001 que regulamenta a composição e o mandato dos Conselheiros;
CONSIDERANDO o resultado das eleições para membros da Sociedade Civil e as indicações do Poder Executivo para compor o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial 2025, biênio de 2025 – 2027, de acordo com a Resolução n° 01/2025, onde tornam-se habilitados.
RESOLVE:
Art. 1° - Ficam nomeados os Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial:

Conselheiros Titulares:

CONSUENIR DE OLIVEIRA GONÇALVES
MARINA BARROS FERREIRA SOBRINHA
PEDRO LOAN MENDES RODRIGUES
RAIANE DE LIMA ESTANISLAU
DAIANY BAPTISTA DA SILVA
EDSON LUIS BONADIMAN
DANIEL MARTINEZ DA HORTA
LUCIANO JOSÉ HEFNER

Conselheiros Suplentes:

CARLOS JOSE DE OLIVEIRA GONÇALVES
MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA BASTOS
JONAS RAVEL RODRIGUES DE JESUS
DAFNE DE OLIVEIRA EUGENIO
SHIRLEY MARIA NEIVA
RENATA CRISTINA DOS SANTOS
POLIANA FERREIRA DOS SANTOS
EDUARDO GOMES DA SILVA

Art. 2° - Essa portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 26 de junho de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 18 de agosto de 2025.
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

PORTARIA ADM. N.º 0988 DE 18 DE AGOSTO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4595 de 12 de novembro de 2021,
RESOLVE:
Art.1º Designar JUAREZ FERRAZ DA SILVA, CPF: 24383546749, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO e como Suplente MARCUS VINICIOS MOREIRA DE MELLO, CPF: 14510005709, da Secretaria Municipal de Transportes, referente a contratação da Empresa abaixo relacionada, oriunda do Processo Administrativo n°. 06947/2025:
• J&W TRANSPORTES, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 16.631.485/0001-51, CONTRATO N°. 058/2023;
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 07 de agosto de 2025.

PORTARIA ADM. N.º 0989 DE 18 DE AGOSTO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4953 de 30 de novembro de 2023,
RESOLVE:
Art.1º Designar DAYANA HENRIQUE DA SILVA, CPF: 13673689797, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, da Secretaria Municipal de Saúde, referente a contratação da Empresa: GREENFOOD SERVICE LTDA, CNPJ: 32.302.944/0001-00, oriundo do Processo Administrativo n°. 04246/2025, conforme procedimento licitatório: Contrato n°. 043-A/2025.
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 18 de agosto de 2025.
Luciana Campos Pereira da Silva Santos
Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Portaria nº 2042/2025

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

DECRETO N.º 5177, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

ALTERA O ARTIGO 1.º DO DECRETO N.º 5.169 DE 30 DE JULHO DE 2025, QUE REGULAMENTA O ARTIGO 9.º, II DA LEI FEDERAL N.º 10.887/2004 E ARTIGO 241, VI DA PORTARIA MTP N.º 1.467/2022, OS QUAIS ESTABELECEM NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O CENSO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ESTATUTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, APOSENTADOS, PENSIONISTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o Decreto n.º 5169/2025, em razão da alteração do local destinado à execução das atividades nele previstas;
CONSIDERANDO que o novo local oferece melhores condições de acesso, infraestrutura, atendimento ao público e operacionais para o cumprimento das atividades;
CONSIDERANDO que a mudança visa garantir maior eficiência, comodidade e organização no cumprimento das disposições do referido Decreto;
CONSIDERANDO que compete ao Poder Executivo promover os ajustes necessários para assegurar a plena execução das ações estabelecidas.

DECRETA:

Art. 1º Altera o artigo 1.º, caput, do Decreto n.º 5.169, de 30 de julho de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> *"**Art. 1º** Ficam regulamentados o artigo 9.º, II da Lei Federal 10.887/2004 e artigo 241, VI da Portaria MTP n.º 1.467/2022, estabelecendo os procedimentos para a realização do censo previdenciário dos segurados e beneficiários do Instituto de Previdência do Município de Mangaratiba – PREVI Mangaratiba, os quais visam facilitar e agilizar o referido recadastramento, que será realizado através do Instituto de Previdência do município de Mangaratiba – PREVI Mangaratiba e da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, no período constante no Anexo II do Decreto nº 5.169, de 30 de julho de 2025, de forma presencial na Sede do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Mangaratiba (SISPMUM), situado na Rua 15 de novembro, n.º 77, Centro, Mangaratiba - RJ, CEP: 23.860-000, no horário de 8:00 às 16:00 horas."*

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado quaisquer disposições em contrário

Mangaratiba, 15 de agosto de 2025.

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO
Prefeito

GOVERNO DO ESTADO DO RIO JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito
PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS

EDITAL N.º 004, DE 18 DE AGOSTO DE 2025, DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO *SUB JUDICE* PARA AVALIAÇÃO MÉDICA E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a convocação para avaliação médica e apresentação de documentos, dos candidatos ***sub judice*** do **Concurso Público da Administração** realizado pela Prefeitura Municipal de Mangaratiba e, regido pelo Edital N 003/2015, de 07 de dezembro de 2015, parte integrante deste termo, na data e local discriminados abaixo.

1. LOCAL, DATA E HORÁRIO

LOCAL: POSTO DO INSS – Setor de Benefícios

Rua, Rubião Junior Nº 20 - Centro - Mangaratiba/RJ

1.1 DATA: 15/09/2025

1.2 HORÁRIO: 08h às 10h

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Os candidatos convocados deverão submeter-se ao Exame Médico Admissional ou a Exame Médico Específico (Pessoa com Deficiência (PcD)) na data agendada no item 1.2, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames **a serem custeados pelo candidato convocado**. **Todos os exames complementares deverão ser laudados**, com validade de no máximo 120 (cento e vinte) dias.

2.2 A relação de exames encontram-se disponíveis no Edital nº 002/2015, de 07 de dezembro de 2015.

3. DOS DOCUMENTOS

3.1 Os candidatos convocados deverão apresentar originais e cópia. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos.

3.2 A relação de documentos encontram-se disponíveis no Edital nº 002/2015, de 07 de dezembro de 2015.

/pfc.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito
PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS

4. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

4.2 CARGO: Motorista

NOME	SITUAÇÃO
WALACE DE CARVALHO FERNANDES	*Sub Judice*

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 O candidato convocado que não se apresentar no local e data ou prazo estabelecido, na convocação, bem como o não atendimento a todos os pré-requisitos associados aos cargos públicos, será eliminado do Concurso.

5.2 Os candidatos de posse dos exames clínicos solicitados deverão comparecer no dia, hora e local designado quando da convocação para a realização dos Exames Médico Admissional.

5.3 Todas as publicações oficiais referentes ao Concurso Público de que trata este Edital serão feitas no site oficial da Prefeitura Municipal de Mangaratiba (http://www.mangaratiba.rj.gov.br/portal/) e na Imprensa Oficial do Município (http://www.mangaratiba.rj.gov.br/portal/publicacoes.php) ou na ausência desta em jornal de grande circulação na cidade.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO
Prefeito Municipal

/pfc.

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-
CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 07/2025

Por esse instrumento de investidura O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei nº 34 de 20 de dezembro de 1991 c/c Lei nº 224 de julho de 2000:

CONSIDERANDO a deliberação realizada na reunião ordinária do CMDCA ocorrida em 13 de agosto de 2025;

CONSIDERANDO que o Instituto José Miguel Olympio Simões cumpriu com as exigências previstas na Resolução nº 04/2022 do CMDCA, que "Dispõe sobre Registro de Entidades não Governamentais sem fins lucrativos que tenham por objetivo, a promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, assim como a Inscrição, renovação e alterações de Programas Governamentais no âmbito do Município de Mangaratiba e dá outras providências".

CONSIDERANDO que o Instituto de Desenvolvimento Sustentável PERMAMAR cumpriu com as exigências previstas na Resolução nº 04/2022 do CMDCA, que "Dispõe sobre Registro de Entidades não Governamentais sem fins lucrativos que tenham por objetivo, a promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, assim como a Inscrição, renovação e alterações de Programas Governamentais no âmbito do Município de Mangaratiba e dá outras providências".

CONSIDERANDO que o Instituto QualiVida cumpriu com as exigências previstas na Resolução nº 04/2022 do CMDCA, que "Dispõe sobre Registro de Entidades não Governamentais sem fins lucrativos que tenham por objetivo, a promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, assim como a Inscrição, renovação e alterações de Programas Governamentais no âmbito do Município de Mangaratiba e dá outras providências".

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar e conceder a renovação da inscrição ao Instituto José Miguel Olympio Simões, inscrita sob o nº 18, como entidade governamental inscrita no CMDCA;

Art. 2º - Aprovar e conceder a inscrição ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável PERMAMAR, inscrita sob o nº 24, como entidade não-governamental inscrita no CMDCA;

Art. 3º - Aprovar e conceder a inscrição ao Instituto QualiVida, inscrita sob o nº 23, como entidade não-governamental inscrita no CMDCA;

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Mangaratiba, 18 de agosto de 2025.

Carlos Eduardo Nunes Ramos
Presidente do CMDCA

Rua Coronel Moreira da Silva n.º 112, Centro – Mangaratiba - RJ
CEP:23860-000 - Tel.: (21) 2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com.

Digitalizado com CamScanner

PREFEITURA MANGARATIBA

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-
CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 08/2025

Por esse instrumento de investidura O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mangaratiba, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei nº 34 de 20 de dezembro de 1991 c/c Lei nº 224 de julho de 2000:

CONSIDERANDO a apresentação realizada pela equipe de gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a respeito do Projeto Político-Pedagógico;

CONSIDERANDO a deliberação realizada na reunião ordinária do CMDCA ocorrida em 13 de agosto de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, por unanimidade, o Projeto Político-Pedagógico do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, em anexo;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Mangaratiba, 18 de agosto de 2025.

Carlos Eduardo Nunes Ramos
Presidente do CMDCA

Rua Coronel Moreira da Silva n.º 112, Centro – Mangaratiba - RJ
CEP:23860-000 - Tel.: (21) 2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

1 - Apresentação

Nome do Serviço: CREAS- MANGARATIBA
Endereço: Rua major Jose Caetano, número 80 - centro, no bairro Mangaratiba.
Telefone: (21) 2789-6000
E-mail: creas@mangartiba.rj.gov.br
Fundação: 26/04/2006

O CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), pertencente a Proteção Social Especial, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social ou violação de direitos. As quais podem influenciar as relações familiares e sociais, ocasionando conflitos e rupturas, demandando, atenção especializada e maior articulação com os órgãos de defesa de direitos e outras políticas públicas setoriais.

Portanto, o foco principal desse equipamento é contribuir para a prevenção de agravamentos e potencialização de aquisições objetivas e subjetivas para a reparação de situações que envolvam risco pessoal e social, violências, fragilização e rompimento de vínculos.

Os serviços executados pelo CREAS são voltados para o atendimento das famílias e dos indivíduos que vivenciam situações de violência que os colocam em risco social, físico e psíquico. Tendo em vista a complexidade das situações decorrentes dos conflitos e de crises, frisa-se que os atendimentos psicossociais se destinam ao público alvo:

1. Crianças e adolescentes submetidos à violação de direitos, em decorrência de abuso ou exploração sexual, exploração do trabalho infantil, abandono, negligência, violência física, psicológica e alienação parental, pessoas que sofrem preconceito por orientação sexual/identidade de gênero e racismo;
2. Mulheres em situação de violação de direitos em decorrência de violência doméstica, sexual, física ou psicológica;
3. Idosos submetidos à violação de direitos em decorrência de violência física, psicológica, exploração financeira e negligência/abandono;
4. Adultos que vivenciam situações de preconceito em decorrência de racismo, etnia a que pertencem ou pela sua orientação sexual, identidade de gênero e por serem vítimas de violência doméstica/intrafamiliar;

5. Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de liberdade assistida e/ou de prestação de serviços à comunidade;
6. Famílias do PETI em descumprimento de condicionalidades: quando esgotadas as intervenções de Proteção Social Básica por meio do CRAS e a violação de direitos vier associada às situações de violência, como a negligência extrema;
7. Pessoas em situação/trajetória de rua;
8. Famílias com usuários de substâncias psicoativas que vivenciam situações de violência. Estas famílias são público alvo dos CREAS quando o uso de substâncias psicoativas por um ou mais de seus membros decorrer ou resultar em situações de violência aos usuários ou a toda família;
9. Pessoas com deficiência submetidos à violação de direitos em decorrência de violência física, psicológica, exploração financeira e negligência/abandono.

2 - Competências do CREAS

O papel do CREAS e competências decorrentes estão consubstanciados em um conjunto de leis e normativas que fundamentam e definem a política de Assistência Social e regulam o SUAS. Devem, portanto, ser compreendidos a partir da definição do escopo da política de assistência social e do SUAS, qual seja, afiançar seguranças socioassistenciais, na perspectiva da proteção social.

Nesse sentido, o CREAS no SUAS define suas competências que, de modo geral, compreendem:

1. Ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme dispõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
2. A gestão dos processos de trabalho na Unidade, incluindo a coordenação técnica e administrativa, da equipe, o planejamento, monitoramento e avaliação das ações, a organização e execução direta do trabalho social no âmbito dos serviços ofertados, o relacionamento cotidiano com a rede e o registro de informações, sem prejuízo das competências do órgão gestor de assistência social em relação à Unidade.

3. Articula, coordena e opera a referência e contra referência com a rede de serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos;
4. Tem a família como objetivo de suas ações, na perspectiva de potencializar sua capacidade de proteção, cuidado e socialização de seus membros.

5. O CREAS é responsável pela execução do Serviço de Proteção Social à adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação

de Serviços à comunidade (PSC), fundamentando-se na legislação vigente, em especial o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Atendidos: Crianças / adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses; Idoso; População em situação de rua; pessoa de deficiência; população LGBTQIA+, PSC, LA, População indígena e quilombola.

3 - Objetivos específicos:

1. Reduzir a ocorrência de risco, seu agravamento ou sua reincidência, que demandaram esta modalidade de atendimento;
2. Buscar restabelecer vínculos familiares e comunitários, salvo determinação judicial em contrário;
3. Possibilitar a convivência comunitária;
4. Construir o Plano Individual de Atendimento – PIA em conjunto (família, criança e/ou adolescente, individuo).

4 - Espaço físico

Sala Coordenação / Equipe técnica.

Espaço mobiliário com 2 mesas, 3 armários, telefone, 1 computador, 1 impressora, suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento e reuniões).

4.1-Refeitório

Ao lado da sala de estar, com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento, composto de mesas e cadeiras

4.2 - Cozinha

Espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e funcionários.

4.3 - Sala de reuniões

Espaço para realização de reunião para atendimento da equipe técnicas com as famílias que necessitam do serviço do CREAS.

4.4 - Banheiro

Feminino –possui: 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro.
Masculino – possui 1 lavatório, 1 vaso sanitário, 1 chuveiro.

5 - Funções / Atividades

5.1 - Coordenador de Serviço

1. Gestão da entidade;
2. Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço;
3. Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos;
4. Aquisição de alimentos, materiais de limpeza, utensílios para a casa e validade dos mesmos;
5. Articulação com a rede de serviços;
6. Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.

5.2 - Equipe Técnica - Assistente social, Psicólogo

1. Elaboração, em conjunto com o/a coordenador e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço;
2. Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar;
3. Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários;
4. Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores;
5. Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços;
6. Organização das informações de todo o público atendido e respectivas famílias, na forma de prontuário individual;
7. Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios mensais.
8. Mediação, em parceria com os educadores no processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo coma família de origem ou adotiva, quando for o caso;
9. Identificar supostos direitos violados em decorrência de situações de violência vivenciadas, a partir de análise da demanda, respeitando os direitos dos usuários à luz do compromisso e da ética profissional;
10. Planejar e executar as intervenções de caráter psicossocial, utilizando como instrumento de trabalho entrevistas, diagnósticos, visitas domiciliares e institucionais, atendimento individuais e em grupo, reuniões para discussão de casos, entre outros;

11. Promover ações de prevenção à reincidência de jovens na prática de ato infracional e situações de violência por meio de palestras, capacitações e seminários, tendo como público-alvo a população e profissionais da rede de proteção social;
12. Realizar estudos socioeconômicos e psicossocial das famílias visando o encaminhamento para acesso a benefícios e serviços disponíveis;
13. Realizar levantamento e o acesso aos serviços e recursos disponíveis na comunidade para possível utilização pelos indivíduos e famílias atendidas;
14. Realizar encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral dos indivíduos e famílias atendidas nas políticas públicas que se fizerem necessárias;
15. Monitorar os encaminhamentos realizados, de forma a verificar a adesão do usuário; registrar as intervenções realizadas em formulário próprio, conforme modelo adotado pelo CREAS;
16. Participar de reuniões técnicas de equipe ou de Rede de Proteção Social, sempre que necessário ou convocado, contribuindo nas discussões;
17. Participar da construção do Plano de Atendimento Individual - PIA, juntamente com os demais profissionais, com o assistido.
18. Realizar atendimentos emergenciais quando necessário, procedendo ao acompanhamento para os encaminhamentos necessários;
19. Incluir informações relativas aos atendimentos em prontuário físico e eletrônico;
20. Manter organizados os prontuários e arquivos das famílias e indivíduos;
21. Executar outras atividades pertinentes a sua área de atuação;
22. Contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de perspectivas e valores na vida pessoal e social dos jovens;
23. Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida;
24. Viabilizar documentação civil;

5.2.2 - São atribuições específicas do advogado:

1. Participar dentro de sua especificidade, de equipe interdisciplinar, visando a avaliação diagnóstica, estudo de caso, atendimento, encaminhamento;
2. Participar do atendimento aos assistidos em cumprimento de penas restritivas de direito, transações penais e liberdade assistida (L.A.), ou seja, orientando o usuário e sua família quanto à interpretação da medida aplicada;
3. Realizar atendimento jurídico-social a indivíduos e famílias público alvo do CREAS, quando que for detectada necessidade de orientação, encaminhamento e acompanhamento dos casos, o que poderá ser de forma individual ou em grupo;
4. Prestar orientação técnica na área de direito à equipe do CREAS, sempre que houver demanda.

5.3 - Orientador Social

1. Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção;
2. Preparação de alimentos (café da manhã, almoço, lanche, jantar) para os usuários, bem como funcionários do serviço;
3. Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas);
4. Auxílio das pessoas que são atendidas pelo CREAS para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade;
5. Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento;
6. Acompanhar os adolescentes nas atividades de LA e PSC orientando-os quanto a sua medida, normas de conduta e relacionamentos interpessoais;
7. Registrar em formulário próprio dados sobre as atividades desenvolvidas diariamente em cada oficina e sobre a sua conduta dos assistidos nas mesmas, além de prestar as informações que a equipe técnica solicitar para registro no cadastro de acompanhamento e relatórios
8. Observar as condições de saúde dos assistidos, sugerindo que sejam providenciados atendimentos e encaminhamentos a serviços médicos e odontológicos;
9. Executar atividades correlatas.

5.4 - Serviços Gerais

1. Cuidados com o equipamento
2. Utilizar o material de limpeza de forma que não haja desperdício e o seu uso seja apropriado ao seu fim;

3. Zelar pelos utensílios, material de limpeza e eletrodomésticos evitando que estes sejam danificados ou mal utilizados;
4. Elaborar lista mensal de produtos de higiene, de limpeza e repassar à coordenação;
5. Efetuar o recolhimento do lixo, providenciar que seja colocado no local adequado para a coleta;
6. Efetuar demais tarefas correlatas a sua função.

5.6 - Recepcionista

1. Recepcionar e atender ao público usuário;
2. Atender chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados, para obter ou fornecer informações;

3. Apoiar o coordenador e a equipe na execução de serviços administrativos, efetuando levantamento, pesquisas, cálculos, elaborando atas de reuniões, planilhas, quadros e relatórios, redigindo e despachando ofícios, memorados e outros documentos;
4. Apoiar no controle de estoque e almoxarifado, fazendo o monitoramento de materiais perecíveis e não perecíveis;
5. Avaliação Participar de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de do processo de trabalho;
6. Participar de capacitações e eventos;
7. Manter ordem na recepção;
8. Garantir que se mantenha sigilo nas informações do setor administrativo;
9. Efetuar demais tarefas correlatas a sua função.

6 – Do Auxiliar Administrativo

Art. 15º. Ao Auxiliar Administrativo compete:

1. O fornecimento de informações dos usuários acompanhados pelo serviço do Equipamento, como: arquivamento e desarquivamento de pastas;
2. . apoio aos demais profissionais no que se refere às funções administrativas da Unidade;
3. rotinas administrativas da unidade, relacionadas a seu funcionamento e relação com o órgão gestor e com a rede;
4. organizar, catalogar, processar e conservar documentos;
5. controlar estoque e patrimônio;
6. respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional;
7. participação das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados, redigindo ATAS e controle de Listas de Participação;
8. participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS.

7– Ao Motorista compete:

1. acolher e tratar cordialmente os usuários dos serviços;
2. conduzir os usuários para as demais unidades da rede socioassistencial, do sistema de garantia de direitos e demais políticas públicas, mediante a solicitação da equipe de referência e Coordenador;
3. transportar a equipe técnica e coordenação no seu exercício profissional;

4. zelar pela segurança dos usuários e dos profissionais durante o transporte;
5. manter o veículo limpo e em condições de uso;
6. comunicar antecipadamente em período razoável quando o veículo necessitar fazer consertos e reparos;
7. registrar o consumo e a quilometragem de saída e chegada do veículo, bem como o percurso;
8. organizar suas atividades para cumprimento das agendas do veículo, comunicando sempre que houver um imprevisto ou problema;
9. é vedado utilizar-se do veículo para fins particulares;
10. respeitar e cumprir a legislação de trânsito vigente;
11. respeitar os horários de atividades de atendimento aos usuários e dos profissionais;
12. respeitar o sigilo profissional com o objetivo de proteger, através da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.

8 – Metodologias para acompanhamento familiar

Atualmente, o atendimento prestado pela equipe do CREAS ocorre por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, e os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. O serviço funciona de segunda-feira à sexta-feira das 8 horas às 16 horas, da seguinte forma:

1. **Discussão de caso:** realizado, primeiramente, com a participação da equipe técnica e orientadores sociais; podendo se estender a rede que acompanha a família, como CRAS, CAPS, NASF, UBS, escola e demais equipamentos de apoio deste município e de outros e de âmbito estadual e federal;

2. **Entrevista individual e familiar:** estratégia importante utilizada constantemente, particularmente nos primeiros contatos com a família e seus membros, que permite avaliar o contexto daquela família e elaborar conjuntamente o Plano de Atendimento. Além disso, pode ser utilizado para abordar outras questões específicas, aprofundar o conhecimento sobre a família e fortalecer a relação de confiança com o serviço;

3. **Grupo com famílias:** favorece a comunicação com a família, isto é, permitindo a troca de experiências, a aprendizagem e a possibilidade de apoio mútuo;

4. **Visita Domiciliar:** recurso utilizado para conhecer o contexto e a dinâmica familiar e identificar demandas, necessidades, vulnerabilidades e riscos. Referenciada no princípio do respeito à privacidade, a visita possibilita uma aproximação com a família

e a construção de um vínculo de confiança, necessário para o desenvolvimento do trabalho;

5. **Orientação individual, grupal e familiar**: intervenções que têm como objetivo informar, esclarecer e orientar pais e responsáveis sobre diversos aspectos, como a medida de proteção aplicada e os procedimentos dela decorrentes, pautado em uma metodologia que possibilite a participação ativa da família;

6. **Encaminhamento e acompanhamento de integrantes da família à rede local, de acordo com demandas identificadas:** psicoterapia, tratamento de uso, abuso ou dependência de álcool e outras drogas, outros tratamentos na área de saúde, geração de trabalho e renda, educação de jovens e adultos etc.

> *"O Ciclo vital familiar, ou melhor, o percurso de vida familiar é uma representação espaço-temporal que não pode ser compreendida como uma sucessão linear de eventos ou etapas cristalizadas da vida. Ele se estrutura com base em formas socialmente construídas de organização da existência. Os acontecimentos familiares assentam-se na multi- dimensão social, histórica, temporal e singular de cada família. (Vitale, 1999)."*

9 – Proposta Pedagógica

Considerando a singularidade de cada indivíduo atendido pelo CREAS, a equipe técnica juntamente com equipe de educadores realizará discussão de caso, que deverá acontecer mensalmente, a fim de conhecer a problemática e assim poder estruturar o trabalho de intervenção, buscando a melhor forma de atender.

De maneira geral, buscando atender as necessidades de um sujeito em desenvolvimento a proposta pedagógica será dividida por grupo atendido, com o objetivo de trabalhar a necessidade de cada grupo.

9.1- Criança e Adolescente

9.1.1 - Projeto que serão desenvolvidos

1. Conscientizar os adolescentes (faixa etária a partir dos 14 anos) sobre o uso nocivo de álcool e drogas, através de palestras fazendo parcerias com os CRAS espalhados pelo Município para facilitar a vida do usuário;
2. Alertar os adolescentes (faixa etária a partir dos 11 anos) sobre os problemas que uma gravidez precoce para adolescentes, no qual pode atrapalhar todo um planejamento familiar além de poder culminar em riscos para a saúde da mulher, através de palestras fazendo parcerias com os CRAS espalhados pelo Município para facilitar a vida do usuário;
3. Divulgação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), no qual será levantado os dados quantitativos de quantos crianças e adolescentes trabalham no Município, após será buscado parcerias públicas e privados para colocação de adolescentes acima dos 14 (quatorze) anos nos programa de jovem aprendiz;
4. Possibilitar ao adolescente de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos em conflito com a lei o cumprimento da medida socioeducativa (Prestação de Serviço à Comunidade ou Liberdade Assistida), com garantia de atendimento integral, mediante a criação de um ambiente que privilegie e garanta uma relação de direitos e deveres, que respeite as diferenças individuais e possibilite a construção de valores com vistas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, oportunizando o desenvolvimento pessoal e social a ser construído de forma autônoma, solidária e competente.

9.1.2 - Adolescentes em L.A e PSC

Aos princípios específicos dessa proposta pedagógica se somam àqueles integrantes e orientadores do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente constantes no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Ademais, podemos mencionar os princípios que norteiam a aplicação e execução das medidas que são também a base legal deste projeto:

1. Respeito aos direitos humanos;
2. Responsabilidade solidária da família, sociedade e Estado pela promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescente - artigos 277 da Constituição Federal e 4º do ECA;
3. Adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades - artigos 227, § 3º, inciso V, da Constituição Federal; e 3º, 6º e 15º do ECA;
4. Prioridade absoluta para a criança e o adolescente - artigos 227 da Constituição Federal e 4º do ECA;
5. Legalidade;

6. Respeito ao devido processo legal - artigos 227, § 3º, inciso IV da Constituição Federal, 40 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e 108, 110,111 do ECA e nos tratados internacionais;
7. Excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; h) Incolumidade, integridade física e segurança (artigos 124 e 125 do ECA);
8. Respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida; à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários – artigos 100, 112, § 1º, e 112, § 3º, do ECA;
9. Incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes – artigo 86 do ECA;
10. Garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência – artigo 227, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal;
11. Descentralização político administrativa mediante a criação e a manutenção de programas específicos – artigos 204, inciso I, da Constituição Federal e 88, inciso II, do ECA;
12. Gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
13. Corresponsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas.

Sendo assim, não há possibilidade de se atingir um documento político pedagógico sem a participação efetiva dos técnicos de referência. A construção de novas metodologias e conhecimentos deve partir do saber dos profissionais que atuam no sistema e de suas práticas realizadas no cotidiano do atendimento socioeducativo. Por isso, o processo de organização e transformação do sistema deve acontecer de forma participativa, levando em consideração as contribuições dos técnicos, rede de apoio e servidores que executam as medidas em todo o Sistema Socioeducativo.

9.1.3 - Objetivos Específicos

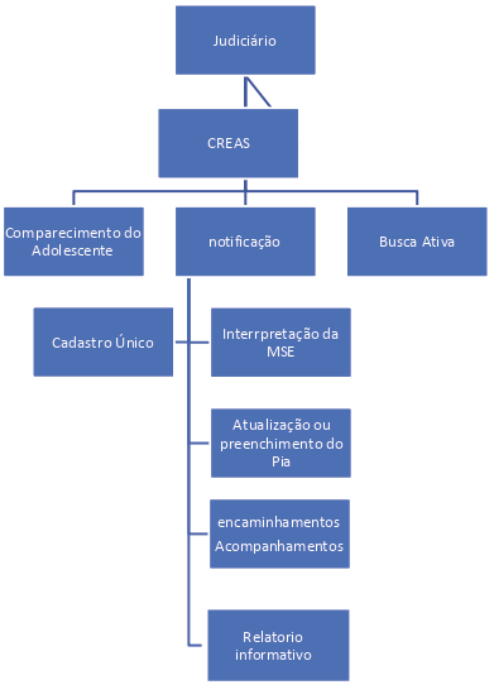
1. Oferecer ao adolescente um ambiente organizado e seguro;
2. Estimular a reflexão do adolescente diante de sua trajetória social, responsabilizando o quanto as consequências lesivas de seu ato, procurando construir sob os alicerces da educação e dos princípios da formação para a autonomia, um espaço de convivência e cooperação;
3. Assegurar ao adolescente a construção do Planto Individual de Atendimento (PIA), com a participação da família visando à construção do seu projeto de vida;

4. Assegurar a aquisição de documentos pessoais ao adolescente;
5. Articulação entre as políticas setoriais e as ações interinstitucionais;
6. Assegurar o trabalho com a família do adolescente na percepção como unidade empreendedora de convivências que auxilie na elaboração e acompanhamento/execução do PIA;
7. Garantir um espaço de formação continuada para a comunidade socioeducativa.

9.1.4 - Protocolo de Atendimento

1. A demanda é recebida mediante encaminhamento do Poder Judiciário, procura espontânea do próprio adolescente após audiência, caso o adolescente não compareça é realizada a busca ativa, para o agendamento no equipamento para iniciar o acompanhamento da MSE – PSC;
2. Com o comparecimento do adolescente e sua família no CREAS é realizada a interpretação da medida socioeducativa e iniciado o preenchimento do Plano Individualizado de Atendimento – PIA;
3. Posteriormente, ao preenchimento do PIA, serão realizados encaminhamentos para a rede de atendimento, visando a superação e/ou diminuição das problemáticas que propiciam vulnerabilidade à vida do adolescente e sua família, para oficinas e/ou cursos profissionalizantes e para o local de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC;
4. O adolescente será acompanhado através de atendimento psicossocial e/ou pedagógico, bem como em grupos. O acompanhamento também será efetivado periodicamente, mediante visita e/ou contatos telefônicos com o local de PSC, o qual também deverá preencher relatório sobre as atividades exercidas pelo adolescente no local da PSC e encaminhar este juntamente com a ficha de presença do adolescente;
5. Frente ao cumprimento de todos os passos, de forma efetiva, será realizado o encerramento do acompanhamento e informado ao órgão responsável, mediante relatório informativo via PROJUDI;
6. A periodicidade de atendimento será semanalmente nas 3 primeiras semanas (1ª semana: Interpretação da MSE juntamente ao responsável, 2ª semana com o responsável e depois com o adolescente, já na 3ª semana fechamento dos acordos do PIA e encaminhamento do adolescente ao local de PSC), posteriormente será os atendimentos mensais até a conclusão da MSE;
7. Caso haja descumprimento do adolescente cumprimento da PSC, a equipe técnica de referência comunicará o Juizado da Infância e Juventude, mediante relatório informativo.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social



9.1.4 - Descrição do Acompanhamento

O acompanhamento socioeducativo deve ser realizado numa perspectiva multi e interdisciplinar de Assistente Social, Psicólogo e Advogado, com envolvimento da família, das políticas setoriais e da sociedade. A abordagem socioeducativa é orientada pela equipe, baseadas nas ciências sociais e humanas. Ressalta-se, ainda, que para garantir o atendimento aos direitos dos adolescentes e das suas famílias o Sistema Socioeducativo estabelecerá articulação direta com as outras Secretarias Municipais, com os outros poderes do Município e com os serviços da comunidade.

9.1.5 - Atendimentos Individuais

São atendimentos para organização e acompanhamento do cumprimento do Plano Individual de Atendimento (PIA), realizados periodicamente no local de atuação da Equipe Técnica de Referência da Proteção Social Especial, no CREAS apenas com o adolescente/jovem e, excepcionalmente, em caso de necessidade, com familiares.

Nesse momento, a equipe de referência avalia, com o adolescente/jovem, o cumprimento ou não das orientações da medida previstas no PIA, realizando, quando necessários, ajustes

Rua José Caetano nº 80 – centro-Mangaratiba/RJ- CEP: 23860-000
E-mail: creas@mangartiba.rj.gov.br telefone 2789-6000 ramal 7170

nessa previsão. Saliente-se que tais ajustes têm por objetivo oferecer apoio para que o adolescente consiga executar as suas obrigações, modificando-as ou substituindo-as.

Na Liberdade Assistida, ocorrem de acordo com a necessidade identificada pela equipe de referência ou – se for o caso – periodicamente, de acordo com previsão no PIA. Na PSC, ocorrem de acordo com a necessidade identificada pela equipe de referência.

9.1.6 - Recursos Financeiros

O Município de Mangaratiba- RJ recebe recursos financeiros para atendimento da Proteção Social Especial – PSE para execução das Medidas Socioeducativas-MSE, tem por finalidade garantir a execução dos serviços de média e alta complexidade, conforme estabelecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais:

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

9.1.7 - Elaboração do Relatório Final

A equipe técnica do CREAS, com base na avaliação realizada, nos registros de evolução do PIA e nos relatórios elaborados pelas instituições parceiras em que o adolescente foi atendido, elaborará o Relatório Final.

Ao elaborar o relatório, a equipe técnica irá basear-se no que o PIA estabelece acerca do cumprimento do Serviço, referenciando suas posições a partir do conteúdo desse documento. Elencando os elementos, a equipe técnica dê seu parecer para avaliação do juiz, sugerindo:

1. Liberação por cumprimento total do PIA;
2. Liberação por cumprimento parcial do PIA;
3. Descumprimento do PIA e modificação da medida.

Relatório deve ser enviado à Vara competente e o adolescente aguardará em casa, sem mais prestar o serviço na instituição parceira, pela resposta do judiciário.

10 - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias.

Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos (as) com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: isolamento ou confinamento; atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família; falta de cuidados adequados por parte

do cuidador; alto grau de estresse do cuidador; desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa; dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

A intervenção será sempre voltada a diminuir a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou pessoa idosa. Assim como, situações em que coloque o idoso em risco, as vezes se enquadrando em casos de vulnerabilidade social.

Mobilizar a família de origem, a família ampliada, conforme o caso para facilitação de processo de convivência e cooperação área a superação das situações de isolamento social e das barreiras de inclusão de cuidados e cuidadores.

10.1 - Formas acesso:

1. Demanda espontânea de membros da família e/ou da comunidade;
2. Busca ativa;
3. Por encaminhamento dos demais serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais;
4. Por encaminhamento dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
5. Encaminhamentos da Justiça (Ministério Público).

10.2 -Projetos que serão desenvolvidos:

1. Visitas domiciliares para acompanhamento dos idosos e PCD;
2. Acompanhamento da família no espaço do CREAS;
3. Viabilização frente a situações de violação de direitos, renda financeira, documentação;
4. Parceria com a rede socioassistencial, núcleos da terceira idade, saúde, ILPI, e demais órgãos necessários.

11 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

9.1 - Projeto que serão desenvolvidos

A somatória dos impactos da crise sanitária e da atual conjuntura econômica, caracterizada pela ascensão inflacionária e pelo aumento do desemprego, incide fortemente sobre grupos vulneráveis. O aumento do custo de vida – considerando os maiores

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

componentes do orçamento familiar: transporte, alimentação e moradia – associado à instabilidade de renda, sujeita cidadãs e cidadãos a experimentarem alternativas cada vez mais precárias: moradias inadequadas ou mesmo a situação de rua, insegurança alimentar e o estigma da exclusão sócia.

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente.

De acordo com as diretrizes do Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009.

"São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:
I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - direito à convivência familiar e comunitária;
III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
IV - atendimento humanizado e universalizado; e
V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.
Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:
I - Promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
Participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
Incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
Respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
Implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e
X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.
Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;
V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;
VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;
IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços.

Ofertar o acompanhamento especializado, visando previnir agravamentos das situações de risco pessoal e social , além de possibilitar a construção do processo de saída das ruas , por meio de intervenções em rede e o acesso aos beneficiários sociassistenciais.

Elaborar ações especificas para o atendimento e acompanhamento especializado através da escuta qualificada das demandas postas pelos usuários, buscando compreender o contexto social , cultural e histórico de cada um , mediante a um plano de acompanhamento individual e ou familiar.

Possibilitar condições de acolhida na rede socioasssistencial, contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua promovendo ações para reintegração familiar e comunitária.

12 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido pelo CREAS, busca oportunizar a construção coletiva de uma metodologia de acompanhamento técnico especializado desenvolvido por uma equipe multiprofissional, de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e favorecer a

reparação da situação de violência vivida. Viabilizar caminhos para que seja realizado efetivamente a garantia de direitos dos usuários, assim com o objetivo, de assegurar no fim do acompanhamento que o usuário não se encontra mais em risco e/ou vulnerabilidade social.

Sendo assim, assegurando seus direitos quanto cidadão e ser humano.

Mangaratiba, 21 de maio de 2024.

Coordenadora:
Natalia Ferreira Amaral

Assistentes Social:

Eduardo Plata Bondim Junior

Monike Abrahão da Silveira

Psicólogas (o):
Camilla de Oliveira Coelho

Carla de Souza Salles

Advogado:
Daniel Ribeiro Amaral Esteves

Orientadores Social:
Ana Lucia da Silva

Patrick Portugal da Silva

Vanessa Moraes Pereira

Beatriz Mello Neves Araújo

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Auxiliar de serviços gerais:
Dilma da Costa Pereira

Auxiliar administrativo:
Adryele Fernanda Rocha

Recepção:
Maria Isabel Ramalho

Motoristas:
Erick Reis

Diógenes Simas do Nascimento

REFERÊNCIAS:

- BIDARRA, Zelimar Soares; OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Um capítulo especial na história da infância e da adolescência: o processo de construção do direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade. 2007;
- BITTENCOURT, Sávio. A nova lei de adoção: do abandono à garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Imprenta: Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2010;
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. LEI 12.594. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas à adolescentes que pratiquem ato infracional. Brasília, 2012. _____;
- CONGRESSO NACIONAL. LEI Nº 8.069. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. _____. Código Civil/2002. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. _____;
- CONANDA – CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Resolução Nº 119, de 11 de Dezembro de 2006, dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. BRASIL, 2006.

Rua José Caetano nº 80 – centro-Mangaratiba/RJ- CEP: 23860-000
E-mail: creas@mangartiba.rj.gov.br telefone 2789-6000 ramal 7170

PROCON MANGARATIBA - RJ

ATO COORDENADORIA EXECUTIVA N.º 003/2025

CONSIDERANDO que, a Lei Municipal n.º 1.286/2020, publicada na edição n.º 1130, de 14 de maio de 2020, do Diário Oficial do Município, criadora do PROCON Municipal de Mangaratiba, previu em seu artigo 9º a instalação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (CONDECON), com as seguintes atribuições:

> "I – atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor;
> II – administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (FMDC), bem como deliberar sobre a forma de aplicação e destinação dos recursos na reconstituição dos bens lesados e na prevenção de danos, zelando pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei, bem como na Lei n.º 7.347/1985 e 8.078/1990 e seu Decreto Regulamentador;
> III – prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;
> IV – elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º, do artigo 55, da Lei n.º 8.078/1990;
> V – aprovar, firmar e fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos como representante do Município (nome da cidade), objetivando atender ao disposto no inciso II deste artigo;
> VI – examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;
> VII – aprovar a publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (FMDC), dentro de sessenta dias do início do ano subsequente;
> VIII – elaborar seu Regimento Interno."

CONSIDERANDO que tal conselho trata-se de um organismo colegiado indispensável para que a política municipal de proteção ao consumidor seja eficientemente implantada em Mangaratiba e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (FMDC) possa de fato ser gerido com a devida eficiência, transparência e participação social, sendo que, sem a existência do mesmo, não haverá condições válidas do

1

PROCON MANGARATIBA - RJ

Procon de Mangaratiba captar recursos com a finalidade de, futuramente, investir em projetos destinados à proteção e a defesa do consumidor;

CONSIDERANDO que, dentre os membros do referido conselho, há três titulares e três suplentes que não são indicados dentre os representantes dos órgãos governamentais mas, sim, da sociedade civil e dos fornecedores, conforme previsto nos incisos VII e VIII do art. 10 da Lei Municipal n.º 1.286/2020:

> "Art. 10. O Condecon será composto por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:
> (...)
> VII – um representante dos fornecedores;
> VIII – dois representantes de associações que atendam aos requisitos do inciso IV, do artigo 82, da Lei 8.078/1990;"

;

CONSIDERANDO que o Coordenador Executivo do PROCON, além de ser um servidor ocupante de cargo comissionado nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, é também um membro do CONDECON e, portanto, torna-se impedido por motivos óbvios de participar do processo de escolha dos membros não governamentais do conselho;

CONSIDERANDO a necessidade de que a Administração Municipal dê cumprimento à Lei Municipal n.º 1.286/2020 e que o CONDECON de Mangaratiba precisa ser inaugurado;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 5º *caput* da Lei Municipal n.º 1.286, de 14 de maio de 2020, cabe ao Coordenador Executivo dirigir a Coordenadoria Executiva e, portanto, provocar outros órgão da Administração Pública para que auxiliem os trabalhos do PROCON;

CONSIDERANDO que, em fevereiro do corrente ano, por meio do ofício de n.º 026/2025 da então Secretaria Municipal de

PROCON MANGARATIBA - RJ

Desenvolvimento Econômico, reiterado pelo Ofício n.º 025/2025 desta Coordenadoria, houve a sugestão de que, através de um decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, fosse instituída uma comissão eleitoral de três membros, sem o interesse de concorrerem ao pleito, composto de um representante do governo, um representante dos consumidores e um representante dos fornecedores, tendo a incumbência de organizar todo o processo eleitoral de escolha dos membros não governamentais, incluindo a elaboração de um edital a ser futuramente publicado na imprensa oficial e amplamente divulgado pelos canais de informação da Prefeitura, com o assessoramento do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor;

DETERMINO a instauração de processo administrativo com a finalidade de que seja composto o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (CONDECON) e eleitos os representantes não governamentais do referido organismo para o mandato de dois anos.

Que sejam encaminhados ofícios ao setor de Protocolo e ao órgão de comunicação da Prefeitura Municipal de Mangaratiba a fim de que, respectivamente, haja a instauração de processo administrativo e a publicação deste ato no Diário Oficial do Município.

Mangaratiba, 17 de agosto de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
RODRIGO PHANARDZIS ANCORA DA LUZ
Data: 17/08/2025 19:39:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Rodrigo Phanardzis Ancora da Luz
Coordenador Executivo do PROCON
(Portaria n.º 2912, de 10/06/2025 – Pág 03 do DOM 2297)

3

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Subsecretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nívea Marques

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferrazzani

Impressão:
Subsecretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal